

Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX

Gustavo Lins Ribeiro

Resumo

Desde o século XIX, desenvolvimento tem sido uma das mais fortes ideologias/utopias do mundo ocidental. Tentativas de reformá-la praticamente coincidem com o crescimento de sua importância no cenário político e ideológico. No presente, o sistema mundial sofre transformações dramáticas causadas principalmente pelo desenvolvimento das indústrias de comunicação, informação e transporte, conjuntamente com a crescente transnacionalização dos mercados financeiros e dos processos produtivos. Neste contexto, novos interlocutores entram no cenário. O discurso ambientalista está provando possuir uma forte eficácia. Ecologia se tomou uma palavra corriqueira com um crescente poder político e econômico no meio institucional. O crescimento do ambientalismo como ideologia/utopia necessita ser compreendido tanto em relação à discussão política sobre desenvolvimento, quanto às presentes mudanças da economia política-mundial. Desenvolvimento sustentado é aqui interpretado como uma categoria que permite a criação de um novo campo de alianças políticas entre ambientalistas e empresários interessados em crescimento econômico.

Palavras-chave

Meio ambiente e desenvolvimento; Política de meio ambiente.

Uma versão Inicial deste texto foi apresentada no painel "Soberania Nacional e Meio Ambiente", no XVI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos (Lasa), Washington, D.C., abril de 1991. Posteriormente, outra versão foi elaborada a partir de discussões com membros do grupo sobre cultura e desenvolvimento do Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser), Rio de Janeiro, 1991.

Desenvolvimento não é apenas uma multiplicidade de fenômenos econômicos e políticos. É também algo que se situa no campo das idéias e da circulação de informações marcadas por contextos e trajetórias definidas histórica, técnica ou culturalmente. Para muitos, hoje, informação e conhecimento são pilares de um novo modelo sócio-político-econômico em gestação. O ambientalismo é uma moeda em circulação que tem ganho enorme visibilidade no universo de significados, ideologias e utopias associados a desenvolvimento. Não é raro que informações sejam utilizadas acriticamente pelos atores sociais participantes de um determinado campo em que uma luta por hegemonia se desenrola. Assim, é necessário trazer à tona facetas fundamentais para a compreensão do cruzamento e emaranhado de posições, vozes e vertentes no debate atual sobre desenvolvimento.

As diversas mudanças nas formas de reprodução da vida política, econômica, social e cultural, na contemporaneidade, têm levado a uma reformulação/reforma da noção de desenvolvimento, noção esta até há pouco tempo altamente marcada pelas teorias criadas a partir dos rearranjos sofridos pelo sistema mundial no imediato pós-Segunda Guerra*. Em realidade, as tentativas de reformas desta ideologia/utopia central do mundo moderno (herdeira inquestionável da idéia de progresso) são praticamente coexistentes com a sua chegada ao primeiro plano da cena, no século XIX, a partir de desdobramentos políticos, sociais, econômicos e filosóficos do século XVIII. Lembremos as formulações de Owen, de Fourier e de Saint-Simon.

As variações das apropriações da idéia de desenvolvimento, assim como as tentativas de reformá-la, acabam expressando-se em adjetivações que formam parte de sua história: desenvolvimento industrial, capitalista, socialista, para dentro, para fora, comunitário, desigual e combinado, dependente e, no presente, auto-sustentado ou simplesmente sustentável. Em realidade, estas variações e tensões são representativas da lógica de um campo de poder político e econômico em que os atores coletivos procuram estabelecer suas perspectivas particulares sobre como se deve proceder com relação a desenvolvimento como as mais corretas.

O ambientalismo aqui é entendido como uma ideologia/utopia que tem sua própria história que, por sua vez, situa-se no âmbito maior das histórias das diversas ideologias e utopias associadas a "desenvolvimento"*. Isto imediatamente nos coloca no terreno do entendimento do papel e eficácia das idéias internamente a momentos históricos dados. Uma das principais características dos sistemas ideacionais é que são compostos por distintos apelos de legitimidade com respeito a diferentes questões que são percebidas como centrais para a reprodução da vida social. Na realidade, existem muitas ideologias/utopias que são portadas por diferentes atores coletivos e que freqüentemente se encontram em contradição ou em oposição umas às outras. Os sistemas ideacionais, internamente aos quais todas as ideologias e utopias se localizam, são permanentemente o cenário de uma luta por hegemonia tanto em termos de ideologias, quanto de utopias. Diferentes atores coletivos, então, encontram-se em uma tentativa permanente de convencer a outros, por

* Nas Ciências Sociais, desenvolvimento é um tópico sobre o qual uma vasta literatura tem sido produzida. Para interpretações sobre as mudanças na realidade contemporânea, assim como sobre seus efeitos sobre a teoria do desenvolvimento, veja, por exemplo, Harvey¹, Szentes², Dube³ e Frankel⁴. Veja também Binder⁵, Blomstrom & Heltné⁶ e Ribeiro⁷.

* Em trabalho anterior⁸, detenho-me mais sobre a questão conceitual envolvendo as noções de ideologia e utopia. Não reduzo ideologia e utopia aos seus sentidos negativos: ocultamento e ilusão. Para entender minha perspectiva, veja-se, minimamente, Mannheim⁹, Ricoeur¹⁰ e Therborn¹¹.

meios simbólicos ou materiais, de que seus próprios entendimentos e interpretações são os universais e legítimos para a sociedade como um todo.

No presente, delineiam-se várias mudanças dramáticas na organização e fluxos de poder político e econômico internamente ao sistema mundial. Apesar de não ser minha intenção unir-me ao coro, não tão novo quanto alguns gostariam de crer, que canta a morte da história, do industrialismo, da razão instrumental, iluminismo, positivismo, marxismo etc., está claro para mim que, no final do século XX, testemunhamos a decadência relativa de algumas das mais fortes ideologias/utopias enraizadas no século XIX.

Compreendo a atual retração do marxismo enquanto discurso capaz de galvanizar visões alternativas de sociedades como parte do quadro complexo da luta entre os portadores de diferentes ideologias e utopias. Esta luta, por sua vez, relaciona-se com os processos em curso que estão transformando a configuração do sistema mundial. As principais causas subjacentes a esta situação se vinculam ao desenvolvimento das indústrias de transporte, comunicação e informação, assim como à crescente transnacionalização dos mercados financeiros e dos processos produtivos. Estes fatores se expressam na compressão do tempo/espço¹, processo fundamental para a criação de novas identidades em um mundo em "encolhimento", cada vez mais transnacionalizado¹².

Ambientalismo e pós-modernismo são discursos que penetram esta arena, ganhando eficácia, dada a retirada relativa, tanto simbólica quanto concreta, do marxismo e do "socialismo real" como alternativas a visões clássicas de sistemas capitalistas de vida. Há um traço comum que informa, em maior ou menor medida, tanto os ambientalismos, quanto os pós-modernismos. Trata-se de reinterpretações da história, bem como do destino da humanidade. No caso do ambientalismo, uma reinterpretação que explicitamente dialoga com a questão do desenvolvimento. No que diz respeito à discussão da pós-modernidade, cabe reter seu caráter antiutópico, sua crítica à razão iluminista e aos seus metarrelatos totalizantes. Já o ambientalismo resgata, como se verá, princípios básicos relacionados com o iluminismo, movimento fundamental para o estabelecimento dos quadros de entendimento e pactos sociais vinculados ao capitalismo industrial.

DESENVOLVIMENTO ENQUANTO IDEOLOGIA/UTOPIA ORGANIZATIVA

Desenvolvimento é uma das noções mais inclusivas existentes no senso comum e na literatura especializada. Sua importância na organização das relações sociais, políticas e econômicas levou alguns antropólogos a considerá-la não apenas como "uma das idéias básicas na cultura moderna européia ocidental"¹³, mas também "algo como uma religião secular", inquestionável, já que "se opor a ela é uma heresia que é quase sempre severamente punida"¹⁴.

A abrangência desta ideologia recobre desde direitos individuais, de cidadania, até esquemas de classificação dos Estados-Nações internamente ao sistema mundial, passando por atribuições de valor à mudança, tradição, justiça social, bem-estar, destino da humanidade, acumulação de poder econômico, político e militar e muitas outras conotações vinculadas a ideais de relações apropriadas entre os homens e entre estes e a natureza. São, sem dúvida, a abrangência e as múltiplas faces de desenvolvimento que permitem um enorme número de apropriações e leituras muitas vezes divergentes. Em suma, desenvolvimento, assim como modernidade, são categorias filiadas a um tipo de universo ideacional de uma plasticidade tamanha, que até faz crer se estar diante de uma caixa-preta ou de uma noção vazia.

Existem dois aspectos macrointegrativos da noção de desenvolvimento que necessitam ser enfatizados. Primeiro, desde o século XIX o ritmo crescente de integração do sistema mundial passou a requerer uma ideologia/utopia que poderia tanto dar sentido às posições desiguais internamente ao sistema — sem requerer a dominação aberta como nos tempos coloniais —, quanto prover uma explicação através da qual os povos situados em níveis mais baixos poderiam "entender" suas posições e acreditar na existência de uma saída para a situação de atraso.

Não é por acaso que a terminologia de desenvolvimento comumente envolva o uso de metáforas que se referem a espaço ou ordem de maneira hierárquica: desenvolvido/subdesenvolvido, avançado/atrasado, Primeiro Mundo/Terceiro Mundo etc. Esta hierarquia é funcional para a crença de que há um ponto que pode ser alcançado, seguindo-se uma espécie de receita mantida, secretamente ou não, pelos Estados-Nações que lideram a "corrida" para um futuro melhor. Para Celso Furtado, "posto que se concebe 'desenvolvimento' como uma *performance* internacional — ignoran-

do-se o custo da acumulação em termos de valores culturais próprios —, a história dos povos passa a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo"¹⁵. E ainda "a idéia de desenvolvimento como *performance* internacional apresenta-se dissociada das estruturas sociais, simples expressão que é de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação. Ignorando as aspirações — conflitantes ou não — dos grupos constitutivos da sociedade, ela aponta para o simples transplante da civilização industrial, concebida esta como um estilo material de vida originado fora do contexto histórico do país em questão"¹⁵.

O segundo aspecto macrointegrativo a ser enfatizado é este: desenvolvimento enquanto noção universalmente desejada prove um rótulo neutro para se referir ao processo de acumulação em escala global. Usando "desenvolvimento", ao invés de acumulação ou expansão, uma conotação indesejável é evitada: a diferença de poder entre as unidades do sistema (intra ou inter Estados-Nações) em termos econômicos, políticos e militares. Esta característica tem sido a causa de uma tautologia, uma espécie de raciocínio que outorga a culpa à vítima, que pode ser exemplificada por uma afirmação arquetípica como a que segue: "eles são subdesenvolvidos porque não acreditam em desenvolvimento".

Desenvolvimento possui várias outras conotações associadas à sua principal matriz, a idéia de progresso, uma concepção que historiadores e filósofos afirmam remontar até à Grécia Antiga^{16,17}. É interessante notar, sem entrar na complexa discussão sobre o estatuto do "progresso" enquanto idéia-matriz civilizacional, que a idéia de progresso baseia-se, em um primeiro nível, na percepção — e na subsequente extensão analógica desta percepção — de que os seres vivos experimentam crescimento para amadurecer. Por isto, a idéia de progresso vem acompanhada, explicitamente ou não, da sua oposta e complementar, a de decadência. É como se a humanidade se encontrasse no permanente dilema entre crescer ou perecer.

Há que destacar também a geração de uma crença de que o futuro será melhor do que o presente e o passado, através de uma série de melhoramentos e inovações que os homens serão capazes de inventar. Se o presente constitui algum tipo de estágio melhorado com relação ao passado, é uma questão complexa que necessita ser examinada de maneira sistemática e histórica, abrangendo diversas dimensões da vida social. Contudo, há pouca dúvida

de que, num domínio como o tecnológico, uma série de aperfeiçoamentos vem ocorrendo com a passagem do tempo. Talvez este seja um dos principais motivos por que a crença na redenção da humanidade via aperfeiçoamento tecnológico é a espinha dorsal do desenvolvimento enquanto ideologia e utopia.

O notável poder do desenvolvimento enquanto ideologia/utopia organizativa se reflete na centralidade que tem nos discursos que informam duas preponderantes visões opostas de sociedade: o discurso capitalista liberal e o socialista. Não obstante suas diferenças evidentes, não deixa de ser correto considerar que, "... enquanto construtos ideológicos, socialismo e capitalismo representam a mesma e fundamental visão 'economicista' do mundo (...) Com relação a desenvolvimento, a maioria dos países socialistas tem políticas que implicam forte compromisso com o significado dominante do conceito, baseadas em crescimento, inovação tecnológica, modernização e uma suposta relação direta entre estes processos e bem-estar humano. Idéias de autonomia local ou de satisfação de necessidades humanas não materiais podem se inscrever em 'modelos alternativos de desenvolvimento' tanto nos países capitalistas, quanto nos socialistas, mas raramente têm o mesmo apoio poderoso dado aos outros componentes de significado e se situam sob o eixo principal do pensamento sobre desenvolvimento apenas como uma corrente opositora (Dahl & Hjørst¹³).

AMBIENTALISMO: NOVO INTERLOCUTOR DO CAMPO DESENVOLVIMENTISTA

A última consideração feita por Gudrun Dahl e Anders Hjørst¹³ leva diretamente ao campo de luta por hegemonia entre utopias e ideologias de desenvolvimento. O ambientalismo há muito é relacionado a "modelos alternativos de desenvolvimento", mas apenas há pouco tempo se transformou em interlocutor dos principais agentes do campo desenvolvimentista. Além da própria dinâmica interna ao ambientalismo e das apropriações parciais de algumas de suas proposições, creio que nesta transformação teve um papel fundamental o abandono, em maior ou menor grau, da assunção radical de um caráter "alternativo" o qual progressivamente se transformou em indesejável foco de disputa com diferentes vozes do campo em questão.

Apesar de ser ainda difícil, em termos substantivos, diferenciar o ambientalismo enquanto campo político e ideológico em que uma luta interna por hegemonia se desenrola, alguns pontos iniciais sobre suas características básicas podem ser explo-

rados. Com efeito, há muitas versões/variedades do discurso ambientalista e dos movimentos sociais a ele associados. O espectro de alianças estende-se desde as grandes corporações multinacionais, até o movimento popular e sindical*. Numa era caracterizável por "transfertilização ideológica"⁴, não é de se estranhar uma amplitude cuja variabilidade termine por engendrar rótulos como ecofascismo e ecossocialismo.

Pode-se argumentar que uma das razões do sucesso relativo do ambientalismo como um todo é que ele tende a ser percebido e divulgado, inclusive pelos órgãos de comunicação de massa, como uma ideologia cega às contradições de classe. A despeito do fato de que o ambientalismo não compartilhe explicitamente um corpo central, claramente definido, de categorias interpretativas, pode-se dizer que o conjunto principal de seus referentes conforma uma matriz - o relacionamento homem/natureza - que é difundida ou apropriada de maneira mais neutra do que outras que partam do relacionamento homem/homem, enfatizando-o ou assegurando-lhe lugar central em suas arquiteturas teóricas e interpretativas. Esta pode ser uma das razões por que políticos de todos os matizes aderem a discursos ambientalistas e por que os chamados "investimentos verdes" estão gerando um mercado próprio em países como os Estados Unidos.

De um ponto de vista organizacional, o ambientalismo talvez seja uma das formas mais contemporâneas de movimento social, constantemente articulando burocracias centrais (uma sede nacional ou internacional), conhecimento científico de diferentes campos (Ecologia, Antropologia, Biologia, Engenharia Agrônômica e Civil, Física e outros), rede de informação (redes de computadores, *mailing lists* nacionais e internacionais), *lobby* intenso de instituições políticas e econômicas, iniciativas legais, criação de eventos na mídia eletrônica, recrutamento de *superstars* e demonstrações massivas e simultâneas em vários países como forma de enfrentar a internalização da questão ambiental.

De um ponto de vista ideológico, o ambientalismo internacional não é um movimento tão contemporâneo e algumas de suas versões podem ser consideradas conservadoras. Para Anna Bramwell²⁰, o movimento ecológico tem lutado por visibilidade

política desde o último quartel do século XIX. Na sua história, manteve relações diferentes com distintos movimentos políticos e sociais. Bramwell, baseada em muitas evidências historiográficas, dá um grande destaque à relação ecologia/cultura alemã e ao espinhoso assunto da íntima relação entre o nazismo alemão e idéias ecologistas*. Mais no presente, no ambientalismo americano, por exemplo, atuam diferentes organizações, dentre as quais algumas abertamente progressistas**.

Já mencionei anteriormente que, enquanto movimento social plural, o espectro ideológico do ambientalismo é altamente complicado. Mas, não se pode eludir o fato de que, como outras ideologias/utopias relacionadas a desenvolvimento, o ambientalismo é gerado no centro do sistema mundial carregando consigo componentes culturais marcados por suas origens. A este nível, interferem, potencialmente, desde uma cosmologia ampla, incluindo, claro, religião, até direitos de cidadania historicamente conquistados através dos quais os indivíduos têm garantidos seus direitos de interpelar e cobrar (a noção norte-americana de *accountability* é exemplar nisto) das autoridades suas responsabilidades e - talvez mais importante ainda - de fato o fazem.

De acordo com Bramwell²⁰, "os países onde as teorias ecológicas têm tido maior importância são Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos. Apesar de a comunidade intelectual responsável por disseminar e provocar a elaboração destas teorias incluir cientistas e ativistas políticos franceses e russos, a Inglaterra e Alemanha, ho-

* Segundo Bramwell²⁰, "...havia apoio no mais alto nível de poder nazista para as idéias ecológicas - especialmente se se incorpora a atitude de Hitler e Himmler sobre vegetarianismo e direitos animais" (p. 196); "havia dois níveis de apoio ecológico no Terceiro Reich. O primeiro ao nível ministerial, o segundo ao nível de planejamento e administrativo" (p. 197). Bramwell cita a presença de altos funcionários, alguns célebres como Rudolf Hess, e, num contexto de disseminação de idéias naturistas a retroposóficas, fatos como a preocupação com a "retenção de plantas selvagens para formar um banco de gens e de potencial de resistência"; posições antifertilizantes artificiais, pró-agricultura natural, simples, mais camponesa, independente do capital. Além disto, a "Alemanha Nazista foi o primeiro país na Europa a criar reservas naturais" (p. 199), criou leis para proteger o habitat da vida selvagem, leis antiviéssecção e teve atuação intensa na proteção das florestas.

** De fato, há grupos de origem e atuação radicais nos Estados Unidos. Agradeço a Eduardo Viola por levantar esta questão, bem como por me informar de que "a pesquisa empírica aponta para a vinculação entre as culturas ambientalistas e liberal e, em doses menores, também com a radical, nos Estados Unidos" (comunicação pessoal).

* Para uma história do ambientalismo no Brasil contemporâneo, onde são exploradas suas diferenças, veja Viola^{18, 19}. Anna Bramwell²⁰, em seu livro sobre a história do ambientalismo internacional, mostra a complexidade político-ideológica do movimento ecológico. Snow²¹ faz uma caracterização das organizações não governamentais norte-americanas.

je, apresentam o quadro mais evidente de grupos ambientalistas mobilizados. Os Estados Unidos tanto inspiraram idéias radicais e alternativas, quanto as receberam(...), alteradas em alguma medida, da Europa". Esta autora destaca como "raízes culturais" comuns a estes três países uma forte cultura liberal e protestante internamente a uma grande e educada classe média. Sua ênfase termina por recair na importância da Alemanha.

A influência de ideologias românticas é passível de ser identificada no ambientalismo. O importante lugar da natureza na construção do romantismo na literatura é amplamente conhecido. A contemplação da beleza natural, a partir da qual tantos poemas foram escritos, é fortemente incompatível com o espírito empreendedor do agente capitalista arquetípico²². Aqui vale a pena focalizar o exemplo mais acabado de interface formal do ambientalismo com o sistema político-partidário, o Partido Verde alemão, que entra na cena política em 1979. Sem dúvida, os verdes alemães também representam um universo ideológico complicado, mas claramente mais radical do que o americano. Um segmento dos verdes é também marxista, ao menos em sua origem, e o partido luta com uma contradição interna entre Fundis e Realos.

Os primeiros, fundamentalistas afensos a relações com o *establishment*. Os segundos, realistas "interessados em mudar o sistema de dentro", fazendo alianças com os sociais-democratas²³. Para Nandani Lynton, "a ideologia verde ... tenta balancear o igualitarismo típico do individualismo moderno com uma visão orgânica holística da natureza e da comunidade humana"²³. Ao mesmo tempo, esta autora ancora firmemente as ideologias e dilemas verdes no universo do romantismo alemão.

A existência do Partido Verde, tanto quanto sua eficácia são relacionadas com questões historicamente fundamentais para a cultura alemã como um todo. Enquanto vínculos do ambientalismo com o romantismo podem ser estabelecidos, suas relações com a "ética protestante" precisam ser mais solidamente delineadas. De fato, algumas das posições ambientalistas podem efetivamente dialogar com este universo. Eric Zencey, um ambientalista norte-americano, em artigo em que relaciona o movimento ecológico ao milenarismo protestante, afirma; "Certamente o movimento ecológico estaria melhor — e se desempenharia melhor no futuro —, se seus participantes retirassem sua imagem de tempo não da noção romântica de história com a sua redenção apocalíptica, mas da natureza, onde não existe, apocalipse algum — apenas contínuas e às vezes dramáticas adaptação e mudança"²⁴.

É interessante notar que, em um livro escrito por um economista do Banco Mundial e um teólogo (Daly & Cobb Jr²⁵), a importante noção de biosfera (definida, em última instância, como a consciência do pertencimento a uma "comunidade de comunidades") é explicitamente relacionada a uma visão religiosa, cristã, protestante do mundo. Para Herman E. Daly e John B. Cobb Jr., neste influente trabalho junto ao público norte-americano, a tentativa de reformar as visões religiosas, éticas, econômicas e políticas passa por uma fusão destes diversos planos, orientada basicamente pela discussão ambientalista, e tendo como parâmetro último a Bíblia. O caminho é ultrapassar o iluminismo e o decorrente protestantismo moderno individualista, voltando à tradição profética da Bíblia. Nesta perspectiva, o fim último de uma visão biocêntrica é encontrar Deus, e não o planeta ou a biosfera, já que "... o que quer que Deus seja, Deus é também a totalidade inclusiva ... [e] a extinção de espécies e simplificação dos ecossistemas empobrece a Deus, mesmo quando não ameaça a capacidade da biosfera de sustentar a continuidade da vida humana"²⁵.

Outra razão para uma rápida difusão do ambientalismo é o fato de que várias de suas temáticas e formas organizativas permitem se aproximar de uma problemática cada vez mais candente gerada dentro da chamada "nova ordem econômica internacional", uma ordem promotora de uma intensa transnacionalização econômica, política e cultural que ameaça uma noção altamente cara aos Estados-Nações — a de soberania.

Apesar do fato de que seja possível discutir se os Estados-Nações (uma forma de organização sócio-política que se desenvolveu amplamente a partir do século XIX) sobreviverão a um mundo cada vez mais transnacionalizado, eles permanecem operando nos cenários políticos e econômicos de hoje. Existe uma contradição, resultante da crescente internacionalização da economia política mundial, entre o conceito de soberania e o de meio ambiente global: "Soberania absoluta não é mais um conceito aplicável. Assim como a economia global se torna cada vez mais integrada, o mesmo tem ocorrido com os ciclos ecológicos de diferentes regiões e mesmo continentes. Sem uma efetiva diplomacia ambiental que rende acordos bi ou multilaterais para limitar ou banir a produção de substâncias inimigas da integridade ambiental, cada país será deixado à mercê das ações dos outros. A segurança ambiental, assim, depende criticamente de coordenação e cooperação transnacionais"²⁶.

Com as últimas considerações presentes, não é surpresa ver uma tendência incipiente, entre segmentos conservadores das elites políticas e administrativas, de construir - com o fim do perigo vermelho — outro fantasma, o perigo verde. Em 1990, por exemplo, um documento da Escola Superior de Guerra do Brasil referia-se ao ambientalismo como uma ameaça à soberania nacional. Evidentemente, o assunto é complexo. A ingerência da opinião pública ou de organismos internacionais — especialmente em um quadro onde persistem óbvias relações desiguais — sobre assuntos de um Estado-Nação quase nunca é bem vinda.

Por outro lado, as pressões ambientalistas têm acarretado uma retração no fluxo de capitais para o Brasil, em especial para o seu setor elétrico que planeja, a médio prazo, explorar o potencial hidrelétrico da Amazônia. As consequências das construções das grandes barragens com seus imensos reservatórios têm, comprovadamente, sido prejudiciais tanto para o meio ambiente, quanto para as populações locais, beneficiando, em geral, grandes conglomerados políticos e econômicos.

Paralelamente, não estão claros, com os rápidos avanços da Biotecnologia e da Engenharia Genética, quais os impactos políticos e econômicos de propostas que aliam conhecimento científico, manipulação tecnológica de material genético e patentes, dando, como ocorre classicamente, aos detentores das últimas direitas a nichos monopólicos no mercado internacional. Esta é, sem dúvida, uma questão crucial para um país como o Brasil, que possui a maior biodiversidade do planeta, grande parte dela na Amazônia.

Mas, a complexidade do assunto nos obriga a um duplo movimento. Primeiramente, evitar uma posição que se assemelhe a uma abordagem colonialista ou de dependência sobre a questão da soberania. Aqui cabe reconhecer que em um mundo onde as relações hierárquicas entre os diferentes Estados-Nações prevalecem claramente, temas como o que estamos tratando podem ser manipulados para a reprodução e ampliação da desigualdade no sistema. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que de fato a realidade ambiental não conhece fronteiras, criando fenômenos efetivamente transnacionais. Como tratar questões como chuva ácida, o buraco na camada de ozônio e acidentes nucleares, por exemplo, senão no marco de uma cooperação internacional? Desta forma, é tão legítimo que elites políticas do hemisfério norte proponham ação imediata contra a destruição das florestas tropicais, quanto que elites políticas do hemisfério sul proponham ação imediata contra, di-

gamos, o complexo industrial-militar que constantemente alimenta guerras e mantém em suas mãos o maior perigo para o futuro do planeta: o arsenal nuclear.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: NÚCLEO DURO DA REFORMA UTOPISTA AMBIENTAL

Com sua crescente influência na cena institucional - veja-se, por exemplo, a enorme mobilização de recursos humanos e econômicos para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, no Rio de Janeiro - o ambientalismo necessitou de um meio termo, movendo-se do ponto extremo do espectro que argumenta (ou argumentava) em termos de crescimento-zero ou nenhum crescimento, para uma noção que ainda não está completamente construída, nem é totalmente operacional: desenvolvimento sustentável. Este é o núcleo duro ao redor do qual se movimentam as tentativas de colocar o ambientalismo cada vez mais fortemente dentro do campo maior de lutas econômicas, ideológicas e políticas relativas ao desenvolvimento.

De acordo com um ativo advogado do ambientalismo norte-americano, em 1989 "desenvolvimento sustentado" era sobretudo um *slogan* "recitado como um mantra em Washington e em círculos de desenvolvimento multilateral"²⁷. Entretanto, já existem esforços que buscam construir uma categoria com uma diferenciação interna que lhe permita alçar-se a princípio organizativo de uma nova visão sobre desenvolvimento*. Com efeito, desenvolvimento sustentável tomou forma e impulso no quadro das discussões multilaterais e rapidamente passou a se espalhar por outros segmentos vinculados às ideologias ambientalistas. Ao envolver-se com a própria noção de desenvolvimento, uma noção que, como Marshall Berman (1987) notou, implica uma dialética de destruição/construção, o ambientalismo ganhou importante espaço institucional, mas pode perder - ou já ter perdido? - o seu caráter de uma visão alternativa radical.

Para se entender "desenvolvimento sustentado", há que partir do fato de se tratar de uma noção em elaboração, já que, efetivamente, enquanto idéia começou a circular apenas no final da década de 80, so-

bretudo quando o relatório *Nosso futuro comum*, ou Relatório Brundtland, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), foi entregue à Assembleia Geral da ONU em 31 de dezembro de 1987. A ênfase em "desenvolvimento sustentável" neste documento popularizou a expressão, apesar de nele não se ter avançado muito em uma sistematização conceitual. A busca de uma definição do que seria este tipo de desenvolvimento, além de marcada pela própria polisssemia da noção de desenvolvimento que permite sua apropriação seletiva por segmentos com variadas orientações político-ideológicas, tem sido realizada mais pelos interessados nesta arena política, do que por especialistas acadêmicos em desenvolvimento. Assim são as organizações não governamentais ecológicas (ONGs), os órgãos de governo, as agências multilaterais e os empresários que se movimentam ativamente neste terreno.

Poder-se-ia argumentar que propostas como as de etnodesenvolvimento (por exemplo, Stavenhagen³¹) e, sobretudo, as de ecodesenvolvimento que se expressam nos trabalhos de autores como Sachs³² já possuíam um grande nível de elaboração. Embora elas façam parte da genealogia que informa, em maior ou menor grau, a noção de desenvolvimento sustentável, têm sido ou subsumidas nesta última, ou tendencialmente ignoradas no atual debate político em termos mais amplos*. As relações entre ecologistas e indigenistas, apesar de crescentemente localizadas sob um mesmo guarda-chuva, também conformam um campo político diferenciado. Evidentemente, a leitura, no senso comum, de que as populações indígenas detêm um conhecimento harmônico, não-destrutivo da natureza, dá um grande peso à eleição do índio genérico como modelo.

Aparentemente, o relativamente baixo desenvolvimento da discussão acadêmica no que se refere a sustentabilidade reflete ou uma prudência quanto aos modismos frequentemente associados às construções de utopias, ou à própria novidade do assunto (ao menos na intensidade com que ele se apresenta no momento). Apesar de que já há alguns anos o caráter reformista das ideologias ambientalistas tenha

sido levantado (veja, por exemplo, Cardoso³⁶), não é corrente encontrar um teórico do desenvolvimento que tenha se dedicado a dialogar de frente com a definição de sustentabilidade.

A economia-política que subjaz a discussão sobre sustentabilidade de um novo modelo de desenvolvimento é - propositalmente ou não, estrategicamente ou não - muito pouco elaborada, para não dizer ingênua ou omissa. Os últimos parágrafos de um informativo trabalho sobre o cenário provável de uma "sociedade sustentável", no ano 2030, possuem passagens como as que seguem: "Devido à extenuante pressão que exerce sobre os recursos, o materialismo simplesmente não conseguirá sobreviver à transição para um mundo sustentável. (...) À medida em que o acúmulo de riquezas pessoais e nacionais venha a se tornar objetivo menos importante, a lacuna entre ter e não ter gradualmente se fechará, eliminando muitas tensões sociais. Diferenças ideológicas também poderão desaparecer pouco a pouco, à medida em que as nações forem adotando a sustentabilidade como uma causa comum ... Com as tarefas cooperativas envolvidas na restauração da Terra, de tantos modos e tão amplamente, a idéia de travar uma guerra poderá se tornar um anacronismo" (Brown, Flavin & Postel³⁷)*.

Não se trata de não aceitar os aspectos reformistas das proposições, mas sim de não desconsiderar contradições fundamentais do universo construído pela expansão capitalista. Uma delas, importante sobretudo para países como o Brasil e do chamado Terceiro Mundo, é que um dos elementos centrais do novo modelo seria o respeito às categorias culturais locais tomadas não como impedimento ao crescimento econômico, mas como parte central de sua sustentabilidade. Sem dúvida, trata-se de uma legítima e importante aspiração, mas que se movimenta, no limite, sobre a linha fina e, neste contexto, paradoxal, de aceitar desenvolvimento como categoria universal. De qualquer forma, aqui o dilema político é central e de difícil solução para os que se situam criticamente fora do centro do sistema mundial.

Sem querer cair em um sociologismo exacerbado, mas considerando o caráter no

* O trabalho mais avançado nesta perspectiva é o do economista David Pearce com os seus colaboradores²⁸. O livro de Daly & Cobb²⁵ também aponta para este objetivo. O Departamento de Meio Ambiente do Banco Mundial tem produzido vários trabalhos em uma direção similar (ver, por exemplo, Dixon & Fallon²⁹, Constanza et alii³⁰).

* Sobre etnodesenvolvimento, veja-se também Davis³³, Unesco³⁴ e o livro *Autodesarrollo indígena en las Américas* (Iwgia³⁵), onde etnodesenvolvimento foi substituído por *autodesarrollo indígena*, aparentemente porque os participantes indígenas do simpósio organizado pelo International Work Group for Indigenous Affairs "*no gus-taran del concepto etnodesarrollo, y prefirieron ver cualquier desarrollo en la forma de autodesarrollo*"³⁵.

* Este livro, *Salve o Planeta. Qualidade de Vida-1990*, do World Watch Institute, é o sétimo volume de uma série amplamente consumida em todo o mundo. Inclusive em mais de 800 cursos em colégios e universidades norte-americanas. Além do português, está publicado em espanhol, árabe, chinês, japonês, indonésio, alemão, italiano, polonês, francês, russo e inglês e futuramente o será em norueguês, sueco, holandês, húngaro e coreano.

mais das vezes avassalador e os trabalhos "desiguais e combinados" do desenvolvimento, será possível optar efetivamente em termos localistas radicais? Um pragmatismo histórico nos induziria a crer que não. A história da expansão do sistema político-econômico capitalista - e os antropólogos mais do que ninguém o sabem - é sinônimo de desrespeito às formas de relacionamentos sociais, econômicos, políticos e culturais das populações nativas. Além do mais, a economia de mercado, especialmente num mundo cada vez mais integrado transnacionalmente, toma altamente problemática, senão impossível, pretensões autárquicas que não estejam sintonizadas com algum nicho diferencial de integração com a economia global¹. A possibilidade de autonomia, de qualquer forma, traz a necessidade, minimamente, de retomar uma antiga discussão na teoria do desenvolvimento sobre o grau e formas de integração ao sistema político-econômico mais amplo*.

A própria idéia básica de crescimento econômico compatível com a preservação da natureza é passível de ser exposta a severas críticas, dada a realidade da história econômica mundial. Mais ainda, desenvolvimento sustentável supõe uma fé na racionalidade dos agentes econômicos articulados em ações rigorosas de planejamento (ideologia central do modelo de desenvolvimento e das formas de expansão transnacionais do capitalismo em vigor) que compatibilizem interesses tão diversos quanto a busca de lucro do empresário, a lógica do mercado, a preservação da natureza e, quem sabe, até justiça social, já que a miséria é uma das maiores causas da degradação ambiental. A exploração de um segmento social por outro(s), não sendo problematizada de frente, acaba sendo aparentemente resolvida como mais um subproduto da instalação de um modelo racional, adaptado às realidades do nosso tempo, sobretudo em termos de controle da eficiência do processo produtivo e do crescimento populacional.

Não será pelas dificuldades inerentes a coadunar um feixo tão amplo de contradições, sem uma teoria da social que lhes dê sentido, que a idéia de um desenvolvimento sustentável tem sido freqüentemente recebida como uma contradição em termos pelos cientistas sociais (veja, por exemplo, Santos³⁸)? Mais ainda, para Isabel C. M. Carvalho³⁹, a matriz do conceito de desenvolvimento sustentável é o "projeto desenvolvimentista liberal aplicado ao

meio ambiente", tratando-se de uma "perspectiva produtivista" que visa a preservar "um modelo de acumulação das riquezas onde o patrimônio natural passava a ser um bem".

De fato, o Relatório Brundtland e outros documentos sobre desenvolvimento sustentável, longe de contestar o crescimento econômico, coloca-o como uma solução, ao mesmo tempo que acena a bandeira de um melhor "futuro comum", caso este caminho seja trilhado.

Na verdade, em se tratando de um processo em curso cuja amplitude do seu espectro ideológico tanto quanto a variabilidade e conflito de interpretações ainda estão sujeitos a oscilações e apropriações múltiplas, a discussão sobre desenvolvimento sustentável também aponta para um esforço de "reeticização" do capital ao incorporar, fundamentalmente, em seus cálculos a preocupação com as gerações futuras, o "conceito de equidade intergerações, de caráter profundamente moral" (Brown, Flavin & Postel³⁷)*.

Igualmente importantes são as propostas de reformas e problematizações que dizem respeito ao fim da "obsolescência planejada", à eficiência do uso de recursos energéticos e dos renováveis e não renováveis, ao uso de fontes alternativas de energia como a solar e a eólica, à reciclagem de produtos e controle do desperdício na produção e no consumo, ao surgimento de uma nova ética de consumo, à conversão dos gastos na corrida armamentista para gastos de alcance social, (veja, por exemplo Brown, Flavin & Postel³⁷).

Talvez um dos esforços em curso mais interessante seja o de mudar os critérios de contabilidade de crescimento, progresso e riqueza, através da modificação dos indicadores utilizados, sobretudo aqueles vinculados ao macrocálculo de desenvolvimento, como Produto Nacional Bruto: "... os indicadores econômicos são falhos num aspecto fundamental: não fazem distinção entre o uso de recursos que sustentam o progresso e o de recursos que minam o progresso. (...) o PNB inclui a depreciação de maquinarias e equipamentos, porém não leva em conta a depreciação do capital natural, que inclui recursos não renováveis, como o petróleo, e recursos renováveis, como as florestas"⁴⁰.

O cálculo do PNB de um país como a Indonésia que incorporasse o "esgotamento do capital natural. Considerando apenas o

consumo do petróleo, a erosão do solo e o desmatamento... [demonstraria] que a taxa de crescimento econômico da Indonésia, de 1971 a 1984, inicialmente avaliada em 7%, foi na realidade de apenas 4%. O sistema convencional não somente supervaloriza às vezes o progresso, como também pode indicar a ocorrência de progresso, quando na realidade está havendo queda"⁴⁰.

Hazel Henderson⁴¹ chama a atenção para o fato de que PNB e outras estatísticas de mensurar crescimento econômico tanto foram elaboradas na Segunda Guerra Mundial "para fins militares e estratégicos mais do que para objetivos humanos e de desenvolvimento social"⁴¹, transformando-se na *lengua franca* que define o debate global sobre desenvolvimento econômico, quanto servem preferencialmente aos operadores de câmbio e especuladores dos mercados de capitais⁴¹.

Admitindo que é impossível de se encontrar "algoritmos de desenvolvimento que sejam adequados para todos os países, já que este foi o erro ao tentar-se espalhar conformidade industrial a todo o planeta em nome de 'crescimento econômico'"⁴¹, Henderson propõe o uso de estatísticas, algumas já imediatamente disponíveis, sobre um grande conjunto de multidimensionados aspectos de progresso social, para guiar a contabilidade e o planejamento governamental: indicadores de investimento em recursos humanos; habilidades humanas e produtividade; comparações entre orçamentos civis e militares; estoque de capital de infra-estrutura implantada menos depreciação; estoques de capital de recursos naturais, parques, diversidade genética das espécies etc.; qualidade ambiental; eficiência energética; estatísticas de renda *per capita* reformuladas para mostrar as distâncias entre ricos e pobres; equivalentes de paridade de poder de compra^{41*}.

* Sem dúvida também levanta interessantes questões quanto ao lugar e eficácia da resistência indígena e popular à destruição de seus repertórios culturais.

* Agradeço a Luís Eduardo Soares e a Rubem César Fernandes por chamarem a atenção para este importante aspecto.

* Não se pode deixar de notar que em diversos modos esta discussão se assemelha as críticas feitas pela sociologia do desenvolvimento, nas décadas de 60 e 70, ao economicismo reducionista e ocultador das diferenças sociais dos grandes indicadores de desenvolvimento, como, por exemplo, renda *per capita*.

O movimento ambientalista brasileiro, na sua vertente mais à esquerda que engloba movimentos sociais populares e de defesa de minorias étnicas, tem procurado associar problemas ambientais com a realidade social*.

Em realidade, inclusive as discussões mais sofisticadas sobre ambiente/desenvolvimento sustentável que procuram fazer uma sociologia desta relação apontam mais do que para o delineamento de um conceito, para uma posição programática, um metarelato com características utópicas, que estabeleça um campo discursivo comum, possibilitando alianças entre ambientalistas e agentes sociais interessados em crescimento econômico.

Em uma conjuntura de crise dos grandes metarrelatos, utopias e ideologias relacio-

nadas ao iluminismo, o fato de se referir a um metarelato utópico e totalizante proporciona uma alta eficácia ao ambientalismo em geral e lhe permite constituir-se em campo de negociação política*.

Em outras palavras e reforçando, a crise dos metarrelatos da modernidade, com suas categorias transcendentais interpretativas e normativas, abre espaço para o desdobramento do ambientalismo como metarelato da contemporaneidade que resgata os sonhos do iluminismo, da razão prática, de racionalidade via adequação dos meios aos fins últimos (planejamento e tecnologias bem articuladas produzem desenvolvimento sustentável) e os funde, em maior ou menor grau na sua variabilidade de formulações, com uma razão contemplativa, histórica e romântica que apela para a natureza como modelo de harmonia e possibilidade utópica de sobrevivência.

Em síntese, entendo desenvolvimento sustentado como a noção central que articula e procura neutralizar interesses divergentes internamente ao campo político (in)formado pelo grande metarelato utópico ambientalista. Por esta razão, não estranha já haver uma grande articulação de importantes empresários capitalistas ao redor do novo espaço político que "desenvolvimento sustentável" cria.

Interessante notar, por exemplo, a iniciativa de elites empresariais internacionais de confeccionar documentos programáticos como o *Business Charter for Sustainable Development* (Carta de Princípios sobre Desenvolvimento Sustentável), elaborado no âmbito da Câmara de Comércio Internacional, que "contém 16 princípios sobre gerenciamento ambiental na indús-

tria"⁴⁴. Igualmente importante foi a criação do Business Council for Sustainable Development (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), integrado por 50 líderes empresariais de várias nações e destinado a assessorar o secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced 92) (Lorentzen⁴⁴ Fortes⁴⁵).

As definições de desenvolvimento sustentado de empresários são um índice da recepção das discussões ambientalistas entre industriais "esclarecidos" e como eles tentam casar a idéia de sustentabilidade com várias de suas preocupações, sobretudo com uma das essências da noção de desenvolvimento para o empresário: crescimento.

Schmidheiny⁴⁶, por exemplo, afirma que "o crescimento é essencial para promover melhorias na qualidade da existência humana". Para Fortes⁴⁵, "só a aceleração do desenvolvimento poderá engendrar soluções para os problemas ambientais. Enfim, crescer no presente garantindo o futuro". Já para Lorentzen⁴⁴, "grande parte dos problemas ambientais que o país enfrenta só será superada através de um processo contínuo de desenvolvimento. Mas este processo só terá sustentabilidade futura e só assegurará a plena inserção do Brasil na comunidade internacional, se o meio ambiente for adequadamente protegido. Para isto, o modelo de desenvolvimento brasileiro deve basear-se no conceito de desenvolvimento sustentável. De acordo com este conceito, o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente não são conflitantes, mas complementares, um dependendo do outro. O crescimento econômico gera as condições necessárias para que o meio ambiente seja protegido. Por outro lado, a proteção ambiental, em equilíbrio com outras necessidades humanas, é fundamental para um crescimento que seja sustentável".

Ao que tudo indica, ao evadir a consideração da diferença de poder político-econômico entre os "sujeitos" e os "objetos" do desenvolvimento, estas interpretações acabam por se alinhar com um tipo de explicação segundo a qual os problemas da miséria e das desigualdades sócio-econômicas serão resolvidos com o crescimento do bolo, tido como pressuposto de uma distribuição mais equitativa da riqueza social.

Além do mais, a inserção do Brasil, por exemplo, na "nova ordem econômica internacional" se dá praticamente (ou pragmaticamente) na mesma posição dependente prevalescente. Como Isabel C. M. Carvalho notou com relação à noção de desenvolvimento sustentado do Relatório

* A influência do chamado socioambientalismo é patente no Brasil. No V Encontro do Fórum das ONGs Brasileiras ocorrido entre 31 de maio a 2 de junho de 1991 e preparatório à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, se compôs a nova Coordenação Nacional do fórum que contava então com quase mil entidades filiadas. Ficou assim: "ONGs - SOS Mata Atlântica; Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi); Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educação (Fase Nacional); Assessoria e Serviço a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase); Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser). Movimentos Sindicais: CUT Nacional; Conselho Nacional dos Seringueiros (CMS); Movimento de Mulheres; Movimento Negro; Movimento Juventude; Movimento Indígena; Comissão Nacional dos Atingidos por Barragens (Crab); Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (Famerj). Representação Regional: no Sul, União Protetora do Ambiente Natural (RS) (Upan), Fórum Estadual (SC); no Norte, Fórum Permanente de Debates da Amazônia (AM); no Nordeste, Secretaria das Entidades Ambientais do Nordeste (Sean); Caatinga (PE), Fórum Estadual (BA), Fórum Rio Parnaíba (PI); no Sudeste, Fórum de Minas (MG), Apedema (SP), Fórum Rio (RJ), Apedema (RJ); no Centro-Oeste, Viva Alternativa (DF) (Inesc⁴²).

* Por metarrelatos se entienden las categorías transcendentales que la modernidad se ha forjado para interpretar y normar la realidad. Estas categorías obedecer al proyecto iluminista y tienen por función, integrar, bajo una dirección articulada, el proceso de acumulación de conocimientos, de desarrollo de las fuerzas productivas y de ordenamiento sociopolítico. Así, categorías tales como la progresión de la razón, la emancipación del hombre, el autoconocimiento progresivo o la autonomía de la voluntad, fueron elaboradas para dar sentido unitario al amplio espectro de fenómenos políticos, procesos sociales y manifestaciones culturales. Todos estos metarrelatos se remiten, a su vez, a una glorificación de la idea de progreso, es decir, a la convicción de que la historia marcha en una direccionalidad determinada en la que el futuro es, por definición, superación del presente. Los metarrelatos constituyen, en suma, categorías que tornan la realidad inteligible, racional y predecible. (...) En esto, tanto el liberalismo clásico como el marxismo se inspiran en una matriz iluminista común, invocando principios universales que por mucho tiempo han exhibido enorme capacidad movilizadora" (Hopenhayn⁴³).

Brundtland, "nessa concepção permanecem os financiados e os financiadores. Embora mude a qualidade do desenvolvimento, a distinção entre quem deve guiar e quem deve ser guiado no percurso de transição é mantida"³⁹. Esta autora aponta, ainda, para o caráter essencial de reforma desta "nova" proposição: "O desenvolvimento sustentável reafirma o atual modelo de desenvolvimento, aperfeiçoando-o, à medida em que propõe um melhor manejo de seus custos sociais e ambientais. O fato de advogar uma sociedade mais produtiva com um menor custo socioambiental não implica necessariamente uma opção por uma ordem mais justa e participativa. Pode-se chegar a um alto nível de eficiência, com novas e 'limpas' tecnologias e até mesmo com uma diminuição dos índices de pobreza absoluta, sem que se altere significativamente o grau de participação política e a ética das relações sociais"³⁹.

Cabe, para finalizar, ressaltar as características de utopia presentes na idéia de desenvolvimento sustentado e que se movimentam em parâmetros de racionalidade próximos, senão idênticos, aos do projeto iluminista: manipulação do futuro; suspensão de conflitos e correção de deficiências através da implementação de uma solução ótima; apelo à possibilidade de estabelecer uma etapa mais avançada do que a anterior, se determinado modelo for estabelecido e seguido; conceber à humanidade como uma só e com o mesmo destino universal (organizando-a sob um mesmo eixo temporal como ocorre com a idéia de progresso, destino, aqui, sendo, uma categoria fundamental de futuro comum); recuperação de uma noção de totalidade centralizada na relação homem/natureza e na construção de uma visão holística da realidade; manutenção do planejamento como requisito fundamental, já que desenvolvimento sustentável requer uma nova e complexa síntese de planejamento racional adequada às novas tecnologias e contratos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. HARVEY, David. *The Condition of Post-Modernity*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
2. SZENTES, Tamás. *The Transformation of the world economy. New directions and new interests*. Londres: Zed Books, 1988.
3. DUBE, S.C. *Modernization and Development. The search for alternative paradigms*. Londres: Zed Books, 1988.
4. FRANKEL, Boris. *Los Utopistas Post-Industriales*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1987.
5. BINDER, Leonard. The natural history of development theory. *Comparative Studies in Society and History*, n. 28, p. 3-33, 1986.
6. BLOMSTROM, Magnus, HETTNE, Björn. *Development theory in transition: The dependency debate and beyond: third world responses*. Londres: Zed Books, 1988.
7. RIBEIRO, Gustavo Lins. Latin America and the development debate. *Indian Journal of Social Science*. v. 3, n. 2, p. 271-295, 1990.
8. _____. *Ambientalismo e desenvolvimento sustentado*. Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento. *Série Antropologia*, n. 123, Universidade de Brasília, 1992.
9. MANHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
10. RICOEUR, Paul. *Lectures on ideology and utopia*. New York: Columbia University Press, 1986.
11. THERBORN, Goran. *The ideology of power and the power of ideology*. Londres: Verso Editions e NLB, 1980.
12. RIBEIRO, Gustavo Lins. Bichos-de-obra. Fragmentação e reconstrução de identidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 1 B, p. 30-40, 1992.
13. DAHL, Gudrun, HJORT, Anders. Development as message and meaning. *Ethnos*, n. 49, p. 165-185, 1984.
14. MAYBURY-LEWIS, David. *Development and human rights. The responsibility of the anthropologist*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS. Campinas, ABA/Unicamp, 5 a 6 de abril de 1990.
15. FURTADO, Celso. Da ideologia do progresso à do desenvolvimento. In: _____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 77, p. 78.
16. DELVAILLE, Jules. *Essai sur l'Histoire de l'Idée de Progres jusqu'à la fin du XVIII siècle*. Genebra: Slatkine Reprints, 1969. (primeira edição 1910).
17. DODDS, E.R. *The ancient concept of progress, and other essays on Greek literature and belief*. Oxford: Oxford University Press, 1973.
18. VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.
19. _____. *O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável*. Trabalho apresentado no GT "Ecologia, Política e Sociedade", 15º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu (MG), 1991.
20. BRAMWELL, Anna. *Ecology in the 20th Century. A History*. New Haven, Londres: Yale University Press, 1989.
21. SNOW, Donald. *Inside the environmental movement Meeting the leadership challenge*. Washington, D.C., Covelo, Califórnia: Island Press, 1992.
22. BERMAN, Marshall. O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento. In: *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
23. LYNTON, Nandani. *Holism and Individualism in Green Party ideology*. Trabalho apresentado na 88ª Reunião da Associação Americana de Antropologia, Washington, D.C., 1989. p. 5.
24. ZENCEY, Eric. "Apocalypse now? Ecology and the peridy of Domsday visions". *Utne Reader*, n. 31, p. 90-93, 1989.
25. DALY, Herman E., COBB Jr., JOHN, B. *For the Common Good. Redirecting the Economy toward community, the environment and a sustainable future*. Boston: Beacon Press, 1989.
26. PIANTA, Mario, RENNER, Michael. The state system and the consequences for environmental degradation. In: *Ecological Security and Peace*. Número especial do International Peace Research Newsletter. Rio de Janeiro, v. 27, a 1, 1989.
27. RICH, Bruce. Conservation woes at the World Bank. *The Nation*, January 23, 1989.
28. PEARCE, David, MARKANDYA, Anil, BARBIER, Edward B. *Blueprint for a Green Economy*. Londres: Earthscan Publications Ltd., 1989.
29. DIXON, John A., FALLON, Louise A. *The concept of sustainability: origins, extensions, and usefulness for policy*. Division Working Paper n. 1989-1. Environment Department. The World Bank. 1989.
30. CONSTANZA, Robert, HASKELL, Ben, CORNWELL, Laura, DALY, Herman, JOHNSON, Twig. *The ecological economics of sustainability: making local and short-term goals consistent with global and long-term goals*. Environment Working Paper, n. 32. Environment Department. The World Bank. 1992.
31. STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*, n. 85, p. 11-44, 1985.

32. SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir. São Paulo: Edições Vértice, 1986.
33. DAVIS, Shelton H. Indigenous Peoples; environmental protection and sustainable development. International Union for Conservation of Nature and Natural Resource. Sustainable Development Occasional Paper. 1998.
34. UNESCO-United Nations Educacional, Scientific and Cultural Organization. *Reunión de Expertos sobre Etnodesarrollo y Etnocídio en América Latina*, San José: Costa Rica, 1981.
35. IWGIA-International Work Group for Indigenous Affair. *Autodesarrollo Indígena en las Américas*. Copenhague: IWGIA, 1989.
36. CARDOSO, Fernando Henrique. *El Desarrollo en Capilla*. In: FRANCO, Rolando (org.). *Planificación Social en América Latina y el Caribe*. Santiago: ILPES/Unicef, 1981.
37. BROWN, Lester R. FLAVIN, Christopher, POSTEL, Sandra. O planejamento de uma sociedade sustentável. In: BROWN, Lester (org.). *Salve o Planeta. Qualidade de Vida - 1990*. Worldwatch Institute. São Paulo: Editora Globo, 1990. p. 238.
38. SANTOS, Selene Herculano dos. *Reflexos críticos sobre o Relatório Brundtland: as questões do "desenvolvimento sustentável" e da "Nova ordem econômica internacional"*. Rio de Janeiro, Grupo de Defesa Ecológica-GRUDE, Mimeo. 1991.
39. CARVALHO, Isabel C. M. A Eco-Democracia. PG 69, Rio de Janeiro, n. 91, p. 10-14, maio/junho, 1991.
40. BROWN, Lester R A ilusão do progresso. In: Lester Brown (org.). *Salve o Planeta. Qualidade de Vida-1990*. Worldwatch Institute. São Paulo: Editora Globo, 1990. p. 21.
41. HENDERSON, Harzel. New indicators for culturally specific, sustainable development. *IFDA Dossier* 75/76, p. 68-76, January/April, 1990. p. 69, p. 70, p. 72, p. 74.
42. INESC - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos. *Informativo INESC*, ano v, n. 14, Brasília, 1991.
43. HOPENHAYN, Martín. El debate postmoderno y la dimensión cultural del desarrollo. In: CALDERÓN, Fernando (org.). *Imágenes desconocidas. La modernidad en la encrucijada post-moderna*. Buenos Aires: CLACSO, 1988. p. 61-62.
44. LORENTZEN, Erling. Gerenciamento ambiental na indústria. *ECORIO*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 5-7, 1991.
45. FORTES, Márcio. O desenvolvimento sustentável. *Jornal do Brasil*, Caderno "Ecologia", 22/07/91, p. 5.
46. SCHMIDHEINY, Stephan/Desenvolvimento sustentável: um desafio global para a indústria. *ECORIO*, v. 1, n. 2, p. 8-11, Rio de Janeiro, 1991.

Artigo aceito para publicação em 7 de maio de 1992.

Gustavo Lins Ribeiro

Doutor em Antropologia pela The Graduate School and University Center of the City University of New York, N.Y., Estados Unidos (1988), mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (1980), bacharel em Ciências Sociais pela UnB (1976). Professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília e do doutorado conjunto FLACSO/UnB em estudos comparativos sobre a América Latina e Caribe.

Environmentalism and sustainable development: ideology and utopia at the end of the 20th century

Abstract

Since the 19th century, development has been one of the strongest Ideologies/utopias of the Western world. Attempts to reform it, have practically coincided with the growth of its importance in the political and Ideological scenario. Currently, the world system is undergoing dramatic changes caused mainly by the development of the industries of communication, information and transportation, together with the increased transnationalisation of financial markets and productive processes. In such a context, new interlocutors enter the scenario. Environmentalism is a discourse that is proving to have a strong colonizing potential. Ecology has become a household expression with an increasing political and economic power in the institutional environment. The growth of environmentalism as an ideology/utopia needs to be understood in relationship both to the political discussion on development and the ongoing changes within global political-economy. Sustainable development is here interpreted as a category that allows the creation of a new field of political alliances between environmentalists and entrepreneurs interested in economic growth.

Keywords

Environment and development; Environmental policy.

Ci. Inf., Brasília, 21(1): 23-31, jan./abr. 1992.

